Opinião Socialista

WWW.PSTU.ORG.BR · NÚMERO 427 ► DE 13 A 26 DE JULHO DE 2011 ► ANO 15 · R$ 2

Dívidas assombram trabalhadores

[págs 8 e 9]

FUSÃO PÃO DE AÇÚCAR E CARREFOUR: "DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS"?

[págs 6 e 7]

CAI MAIS UM MINISTRO DE DILMA

Escândalo de corrupção detona ministro dos transportes

[pág 5]

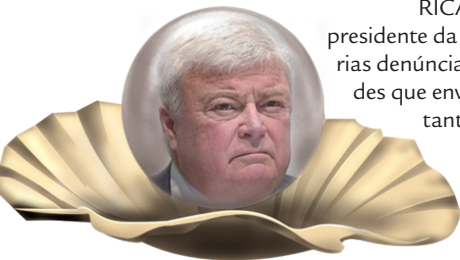
POSSO SIM! – Ricardo Teixeira anunciou à Revista Piauí que poderá retaliar adversários e críticos à sua gestão *“Posso fazer a maldade que for (...). Não dar credencial, proibir acesso, mudar horário de jogo. E sabe o que vai acontecer? Nada.”*

VITÓRIA – A chapa 1 da CSP-Conlutas venceu as eleições para o Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá. A entidade era dirigida pela a Articulação Sindical, cuja gestão foi marcada por vários casos de corrupção.

BANCO DE RESERVAS

Com a morte do senador Itamar Franco, o Senado vai ganhar outro político feito sob medida para a instituição. O suplente de Itamar, Zezé Perrella (PDT), é investigado por suspeita de compra de uma fazenda milionária sem, porém, ter uma renda compatível para isso. Perrella, que é também presidente do Cruzeiro, seria dono de uma propriedade avaliada em R$ 60 milhões, embora tenha declarado à Justiça eleitoral um patrimônio de R$ 490 mil no ano passado.

PÉROLA

“Não ligo. Aliás, caguei. Caguei montão”

RICARDO TEIXEIRA, presidente da CBF, sobre as várias denúncias de irregularidades que envolvem seu nome, tanto na CBF quanto na FIFA. (Revista Piaui)

AMÂNCIO

CALA A BOCA, MYRIAM RIOS

No dia 21 de junho, a deputada estadual Myriam Rios (PDT-RJ), protagonizou uma cena Alerj que lhe garante, desde já e para sempre, lugar de destaque na lista das figuras mais asquerosamente homofóbicas que infestam este país. Em discurso na tribuna, a deputada comparou a homossexualidade a um crime (a pedofilia) e defendeu ardorosamente seu “direito” de demitir ou não contratar alguém, caso esta pessoa se declare gay ou lésbica. No dia, estava sendo votada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 23/2007, que tem como objetivo incluir, na constituição do Estado, a discriminação por orientação sexual entre as formas passíveis de punição.

CRISE IANQUE

O mercado de trabalho dos Estados Unidos voltou a registrar dados negativos. No último dia 8, dados divulgados pelo Departamento do Trabalho americano mostrou uma tendência de alta da taxa de desemprego, de 9,1%, em maio, para 9,2%, em junho, aumentando as incertezas sobre a recuperação da economia do país. Segundo o departamento, foram geradas apenas 18 mil novas vagas em junho, o menor número em nove meses. O resultado fica muito abaixo da expectativa do mercado, que era de pelo menos 90 mil postos, e também é inferior aos números de maio, também medíocres, de 25 mil novos empregos.

ARACAJU COMEMORA 15 ANOS DO OPINIÃO

“Temos muito o que comemorar. Não é qualquer coisa conseguir levar às ruas, fábricas e universidades um jornal independente por 15 anos”. Assim Vera Lúcia, presidente do PSTU em Sergipe, abriu a noite de festa. Sindicalistas, estudantes, ativistas do movimento de moradia e militantes do partido aproveitaram a noite do último dia 1º para conhecer e relembrar a trajetória do jornal que estampou as páginas mais importantes da classe trabalhadora nos últimos anos. Militantes do PCB e um assessor da Deputada Estadual Ana Lúcia (PT) estiveram presentes na atividade e fizeram saudação.

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

Ao longo dos oito anos do governo Lula, foi registrado um aumento tanto na concentração de terras no país, quanto nas áreas improdutivas. É o que apontam os números do cadastro de imóveis do INCRA. Segundo o instituto, quase 320 milhões de hectares de terras estão nas mãos de pouco mais de 130 mil proprietários. Em 2003, eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares. As aéreas de terras improdutivas também cresceram. Em 2003, 58 mil proprietários controlavam 133 milhões de hectares improdutivos. Em 2010, são 69 mil proprietários com 228 milhões de hectares abaixo da produtividade média.

Saiu a nova edição da revista Correio Internacional

A nova edição traz como principal matéria a análise da “Revolução e contrarrevolução no mundo árabe”.

A revista também publica um artigo sobre a mobilização da juventude espanhola contra os efeitos da crise econômica, além de uma análise sobre o 6º Congresso do Partido Comunista Cubano. Leia já. Adquira a revista com quem lhe vendeu esse jornal.

OPINIÃO SOCIALISTA
publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Avenida Nove de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01313-000
Fax: (11) 5581.5776
e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL
Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates “Mancha”, Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary

EDITOR
Eduardo Almeida Neto

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO
Diego Cruz, Gustavo Sixel, Jeferson Choma, Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Thiago Mahrenholz, Victor “Bud”

IMPRESSÃO
Gráfica Lance
(11) 3856-1356

ASSINATURAS
(11) 5581-5776
assinaturas@pstu.org.br
pstu.org.br/assinaturas

Endereços das sedes

SEDE NACIONAL

Av. 9 de Julho, 925
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01313-000 Tel.: (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - R Dr. Rocha Cavalcante, 556. A Vergel - (82) 3032 5927. *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013. Centro (altos Bazar Brasil). Tel (96) 3224-3499. *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093. *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - R. da Ajuda, 88, Sala 301. Centro. Tel (71) 3015-0010 *pstubahia@gmail.com. Blog: pstubahia.blogspot.com*
CAMAÇARI - R. Emiliano Zapata, s/n - CEP 42800-910. Nova Vitória

CEARÁ

FORTALEZA - R. Juvenal Galeno, 710. Benfica. CEP 60015-340. Telefone: (85) 3044.0056. *fortaleza@pstu.org.br*

JUAZEIRO DO NORTE - Rua São Miguel, 45. São Miguel. Telefone: (88) 8804.1551

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, Sala 215. Asa Sul. CEP 70.306-000. Fone/Fax: (61) 3226-1016 *brasilia@pstu.org.br. Blog: pstubrasilia.blogspot.com*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 237, nº 440, Qd. 106, Lt- 28, Casa 014, CEP 74605-160. Setor Universitário. Tel (62) 9146 - 8370. *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - Av. Newton Bello, 496, Sala 10. Monte Castelo. Tel (98) 8812-6280/8888-6327. *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165. Jd. Leblon. CEP 78060-010. Tel (65) 9956-2942/9605-7340

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921. Vila Planalto. Tel (67) 3331-3075/9998-2916. *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE - R. da Bahia, 504, sala 603 - Centro (31) 3201-0736. *bh@pstu.org.br. Site: minas.pstu.org.br*

BETIM - (31) 9986.9560

CONTAGEM - R. França, 352, sala 202. Eldorado. Tel (31) 2559-0724

JUIZ DE FORA - Travessa Dr. Prisco, 20, sala 301. Centro. *juizdefora@pstu.org.br*

UBERABA - R. Tristão de Castro, 127. Tel (34) 3312-5629. *uberaba@pstu.org.br*

UBERLÂNDIA - (34) 8807.1585

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*

ALTOS - Duque de Caxias, 931. Altos. Telefone: (91) 3226.6825 (91) 8247.1287.

SÃO BRÁZ - R. 1º de Queluz, 134. São Braz. Telefone: (91) 3276-4432.

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - Av. Sérgio Guerra, 311, sala 1. Bancários. Tel (83) 241-2368. *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - Av. Luiz Xavier, 68, sala 608. Centro. *curitiba@pstu.org.br*

MARINGÁ -Rua José Clemente, 748, Zona 07. CEP 87020-070. Tel (44) 9111 3259. *Blog: pstunoroeste.blogspot.com*

PERNAMBUCO

RECIFE - R. Santa Cruz, 173, 1º andar. Boa Vista. Tel (81) 3222-2549. *pernambuco@pstu.org.br. Site: www.pstupe.org.br.*

PIAUÍ

TERESINA - R. Quintino Bocaiúva, 421. *teresina@pstu.org.br. Blog: pstupiaui.blogspot.com*

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - R. da Lapa, 180. Lapa. *Tel (21) 2232-9458. riodejaneiro@pstu.org.br. Site: rio.pstu.org.br*

DUQUE DE CAXIAS - Av. Brigadeiro Lima e Silva, 2048, sala 404. Centro. *d.caxias@pstu.org.br*

NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633/308. Centro. *niteroi@pstu.org.br*

NORTE FLUMINENSE - R. Teixeira de Gouveia, 1766 - Fundos. Centro. CEP 27916-000. Macaé (RJ). Telefone: (22) 2772.3151

NOVA FRIBURGO - R. Guarani, 62. Cordueira. Telefone: (22) 2533-3522

NOVA IGUAÇU - R. Barros Júnior, 546. Centro

VALENÇA - R. 2, 153 - BNH. João Bonito. CEP: 27600-000. Telefone: (24) 2452 4530. *sulfluminense@pstu.org.br*

VOLTA REDONDA - R. Neme Felipe, 43 - Sala 202. Aterrado. CEP 27.215-090. Telefone: (24) 3112.0229. *sulfluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL - R. Apodi, 250. Cidade Alta. Telefone: (84) 3201 1558. *natal@pstu.org.br. Blog: psturn.blogspot.com*

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE - R. General Portinho, 243. Porto Alegre. Tel (51) 3024.3486/3024.3409. *portoalegre@pstu.org.br. Blog: pstugaucho.blogspot.com*

GRAVATAÍ - R. Dinarte Ribeiro, 105. Morada do Vale I. Tel (51) 9864 5816

PASSO FUNDO - Av. Presidente Vargas, 432 sala 20. Galeria Dom Guilherm. Tel (54) 9993 7180

SANTA CRUZ DO SUL - Tel (51) 9807 1722

SANTA MARIA - Tel (55) 9922.2448

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - R. Nestor Passos, 77. Centro. Tel (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Imigrante Meller, nº 487. Pinheirinho. Tel (48) 3462-8829/9128 4579. CEP: 88805-085 *pstu_criciuma@yahoo.com.br*

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*

CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248. São Bento. Tel (11) 3313-5604

ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18. São Miguel. Tel (11) 7452-2578

ZONA SUL - R. Amaro André, 87. Santo Amaro. CEP 04753-010. Tel (11) 6792-2293.

ZONA OESTE - R. Belckior Carneiro, 20. Próximo à estação Lapa da CPTM. CEP 05068-050. Tel (11) 7071-9103.

BAURU - R. Antonio Alves, 6-62. Centro. CEP 17010-170. *bauru@pstu.org.br*

CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786

Tel (19) 3201-5672. *campinas@pstu.org.br*

FRANCO DA ROCHA - Av. 7 de Setembro, 667. Vila Martinho. *educosta16@itelefonica.com.br*

GUARULHOS - R. Harry Simonsen, 134 - Fundos. Centro. Telefone: (11) 2382-4666. *guarulhos@pstu.org.br*

MOGI DAS CRUZES - R. Prof. Floriano de Melo, 1213. Centro. Tel (11) 9987-2530.

PRESIDENTE PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 101, Sala 05. Jardim Caiçara. Tel (18) 3221-2032

RIBEIRÃO PRETO - R. Monsenhor Siqueira, 614. Campos Eliseos. Tel (16) 3637-7242. *ribeirao@pstu.org.br*

SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Carlos Miele, 58. Centro. Telefone: (11) 4339-7186. *saobernardo@pstu.org.br Blog: pstuabc.blogspot.com*

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - R. Romeu Carnevalli, 63 - Piso 1. Jd. Bela Vista. Tel (12) 3941-2845. *sjc@pstu.org.br*

EMBU DAS ARTES - Av. Rotary, 2917 - sobreloja. Pq. Pirajuçara. Telefone: (11) 4149-5631

JACAREÍ - R. Luiz Simon, 386. Centro. Tel (12) 3953.6122

SUZANO - Tel (11) 4743-1365. *suzano@pstu.org.br*

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto, 1538-b. Conjunto Orlando Dantas. Telefone: (79) 3251-3530. *aracaju@pstu.org.br*

Carta a um trabalhador endividado

Você é um trabalhador, apóia o governo Dilma e está endividado. Ou seja, é parte da maioria dos trabalhadores do país. Por um lado, tem uma dívida que já está corroendo parte importante de seu salário. Já deve haver dúvidas em relação ao que fazer com o orçamento da família. Por outro, apoiou Dilma nas eleições porque ela era a candidata de Lula, e continua apoiando seu governo.

Você acha que Dilma é uma aliada. Mas será mesmo? Queremos que para para pensar no qute temos a dizer e tire suas próprias conclusões.

Comecemos por algo em que estamos de acordo. Você sabe que os banqueiros não são aliados dos trabalhadores. Sabe por experiência própria como é sofrido pagar os financiamentos com altíssimas taxas de juros, e como pode perder tudo o que comprou se parar de pagar as prestações. Não é por acaso que os banqueiros são os mais odiados entre todos os patrões.

Mas se os banqueiros não são aliados dos trabalhadores, é importante deixar clara a relação do governo Dilma com eles. Se Dilma é uma aliada dos banqueiros, não deve ser aliada dos trabalhadores. Vejamos os fatos.

O problema do endividamento é muito mais grave do que se divulga. Trabalhadores, como você, estão acumulando dívidas enormes com empréstimos e financiamentos. Ainda acham que o atual crescimento vai durar para sempre. Na verdade, o que pode durar mais do que se imagina são essas dívidas.

O capitalismo conseguiu uma fórmula sinistra para ampliar seu mercado fazendo com que os trabalhadores se endividem cada vez mais. É assustador, por exemplo, saber que as famílias dos trabalhadores de Fortaleza dedicam 35% de seus rendimentos para pagar dívidas.

Voltemos à pergunta: De quem Dilma é aliada, dos banqueiros ou dos trabalhadores endividados?

Em primeiro lugar, vejamos a taxa dos juros. Os juros cobrados no Brasil são os mais altos de todo o mundo. Mesmo sabendo disso, Dilma aumentou, por quatro vezes seguidas, a taxa

> O problema do endividamento é muito mais grave do que se divulga. Trabalhadores estão acumulando dívidas enormes com empréstimos e financiamentos. O crescimento não vai durar para sempre. O que pode durar mais do que se imagina são as dívidas.

de juros, passando de 10,75% para 12, 25%. Ou seja, se um trabalhador tem um empréstimo nesse momento, ele precisa saber que está pagando mais em suas prestações, porque Dilma resolveu que os bancos devem receber mais.

Talvez você, trabalhador, tenha um empréstimo consignado, e ache que isso é uma demonstração de como Lula e Dilma se preocupam em garantir crédito às pessoas pobres com taxas de juros menores. Mas isso é um equívoco. Como se trata de empréstimo, sem risco nenhum (porque o desconto é direto na folha de pagamentos), o maior ganho mesmo é dos bancos. E a taxa de juros cobrada (entre 30 a 40% ao ano) é muito mais alta do que os 6% cobrados pelo BNDES às grandes empresas.

Vejamos quem teve maiores ganhos nos governos do PT, os trabalhadores ou os bancos. Os salários médios dos trabalhadores durante os governos Lula ficaram estagnados, aumentando só R$ 52 reais durantes oito anos. Talvez você seja parte de uma categoria que teve reajustes maiores. Quando aumentou? Uns de 20%? Sabe quanto aumentaram os lucros dos bancos durante os dois governos Lula? 488%, ou seja, cresceram quase cinco vezes.

Você, trabalhador, contribuiu financeiramente com a campanha de Dilma? Não? Em seus primeiros anos o PT financiava suas campanhas eleitorais quase do mesmo jeito como o PSTU faz com as suas. Ou seja, recorrendo às contribuições dos trabalhadores. No passado, vendiam as estrelinhas do PT, camisetas e bandeiras. Mas isso foi no passado. Nas campanhas de Lula e Dilma, o PT recorreu ao mesmo esquema de todos os partidos da direita: o dinheiro das grandes empresas. Os bancos e as empreiteiras foram os maiores financiadores da campanha de Dilma. O PT não precisa mais das contribuições dos trabalhadores porque ganha muito mais com a grana dos empresários, em particular dos banqueiros. E, como se sabe, “quem paga escolhe a música”.

Dilma é uma grande aliada dos bancos, que financiaram sua campanha e têm lucros cada vez maiores. O PSDB e o DEM eram os partidos da direita identificados com o capital financeiro. Ao chegar ao governo, Lula se ligou diretamente aos banqueiros, passando a ocupar o espaço da oposição de direita. O PT terminou sendo o principal aliado dos bancos no país. Não é por acaso que os lucros dos banqueiros saltavam de R$ 34 bilhões de reais (nos dois governos de FHC), para R$ 170 bilhões, nos governos Lula. Não é por acaso também que Dilma recebeu mais dinheiro dos bancos em sua campanha do que Serra.

Você, trabalhador endividado, não tem em Dilma uma aliada. Ela está junto com os bancos contra você.

Mesmo que você não concorde com isso, deve estar de acordo em reivindicar junto conosco que o governo Dilma reduza os juros cobrados dos trabalhadores baixando dos 150% anuais para o mesmo nível dos empréstimos do BNDES às grandes empresas, ou seja, de 6% ao ano. E que, para isso, os bancos devam ser estatizados e colocados à serviço dos trabalhadores. ■

Os desafios do movimento estudantil

Congresso da ANEL aprovou resoluções para enfrentar os futuros desafios, na defesa da educação pública

CLARA SARAIVA, da Secretaria Nacional de Juventude do PSTU

Plenária do primeiro Congresso da Anel

Entre os dias 23 e 26 de junho, foi realizado o 1º Congresso da ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre!). Quem esteve presente, se sentiu fazendo história. Com mais de 1.700 participantes, foram quatro dias de muitos debates sobre os mais variados temas. No último dia, os mais de 1.100 delegados votaram as resoluções que, sem dúvida, preparam o movimento estudantil brasileiro para enfrentar os desafios do próximo período.

Logo no primeiro dia do Congresso, os participantes debateram o tema que depois resultou na principal resolução votada. Dividindo experiências da situação de cada universidade e escola, os estudantes aprofundaram seu conhecimento sobre o polêmico novo Plano Nacional de Educação (PNE), do governo Dilma.

Este plano, que sistematiza os principais projetos educacionais do governo Lula, ao longo dos seus dois mandatos (como o Reuni, Prouni, Enem, Ensino à Distância) foi encarado pelo Congresso da ANEL como o principal ataque à educação pública brasileira, já que aprofunda a privatização e precarização do ensino. O novo PNE propõe um investimento na educação de 7% do PIB só em 2020. Este é o mesmo que, em 2001, foi aprovado como meta e que o governo Lula se recusou a garantir. Ou seja, o governo federal está disposto a arrastar em 20 anos o atraso histórico do Brasil no terreno da educação deixando a juventude refém de altos índices de analfabetismo, evasão escolar e sem acesso ao ensino superior. Deixando, enfim, a juventude sem qualquer perspectiva de futuro.

A partir desta compreensão, a resolução votada afirma: *"A ANEL deve se comprometer, portanto, em organizar no próximo período uma ampla Campanha Nacional contra o PNE do governo Dilma e pelos 10% do PIB pra educação já! Desde sua fundação, a ANEL lutou com força em cada curso e escola pelas melhorias educacionais e em defesa da nossa concepção de educação. Só com muita luta unitária é possível garantir o nosso programa para educação, com uma expansão com qualidade e o fortalecimento da educação pública e gratuita para todos."*

Para concretizar isso, o Congresso votou a realização de um *"plebiscito popular nacional por '10% do PIB para a educação pública já!', com indicativo de sua realização em novembro."* Algo que já está em articulação com o ANDES-SN, a CSP-Conlutas e outras entidades. Além disso foi aprovada a realização de *"uma jornada nacional de lutas entre os dias 17 e 26 de agosto, com uma manifestação em Brasília no dia 24 de Agosto de 2011."* Os participantes saíram do Congresso muito empolgados e confiantes para organizar essa luta com força no segundo semestre, em cada universidade e escola. E, juntos, em todo o país.

CONTRA O RACISMO, MACHISMO E A HOMOFOBIA!

Outras resoluções que representam muito o congresso são as relacionadas ao combate às opressões. Se já era uma marca da ANEL, desde sua fundação, o debate e o combate sistemático às opressões, o congresso reforçou essa importante característica da entidade. A partir de grupos de discussão, a entidade se armou em campanhas e propostas concretas. Contra o machismo, *"a ANEL seguirá construindo o Movimento Mulheres em Luta junto com a CSP-Conlutas, como forma de concretizar a aliança entre as jovens estudantes e as mulheres trabalhadoras"*. Contra o racismo, iremos organizar a *"campanha 'Sou Negr@ Sim"*; e, contra a homofobia, com a *"Criação do Kit Anti-Homofobia da ANEL, a ser distribuído em DAS, CAS, DCE'S e grêmios nas calouradas."*

CONSTRUIR A ANEL TAMBÉM É SUSTENTÁ-LA FINANCEIRAMENTE

Um dos grandes passos que a entidade deu neste Congresso foi votar resoluções acerca da concepção de entidade, do trabalho de base e das finanças da ANEL. O Congresso advogou: *"O CNE fundou uma nova entidade e definiu uma nova concepção de ME. A ANEL nasce, portanto, resgatando quatro princípios fundamentais que a UNE abandonou: independência, classismo, ação direta e democracia."*

A preocupação com que a ANEL seja controlada pela base dos estudantes também esteve presente. Por isso, aprovamos *"campanhas de construção da ANEL nas universidades e escolas, através de comissões que irão divulgar as próximas atividades e suas assembléias estaduais e nacional."* Além de *"incentivar todos os ativistas do movimento a serem parte da vida social e acadêmica das escolas e cursos"* e *"ligar todas as necessidades mais concretas dos estudantes com as lutas e bandeiras mais gerais da ANEL."*

E com coerência ao seu programa, estruturou a forma de garantir um cotidiano de lutas à entidade: *"a discussão sobre o financiamento independente não é algo menor. Faz parte de uma grande disputa no conjunto do movimento e nos obriga a resgatar concepções que a UNE abandonou. Por isso, o primeiro desafio é estabelecer uma forma de estruturação financeira que dê condições de estruturar a ANEL e reinaugure uma nova geração nessa concepção."* E como conseguir isso? O Congresso respondeu: *"Todos os repasses serão contabilizados a partir de uma campanha, organizada pelas Comissões Executivas Nacional e Estaduais, de cadastro nacional de entidades e estudantes que constroem a entidade. Será criado um caixa nacional da ANEL, para financiar as iniciativas da entidade."*

Reafirmando o compromisso da ANEL com as iniciativas da Jornada da Unidade, a entidade seguirá a batalha por unir todos os lutadores e lutadoras do movimento estudantil, deixando suas portas abertas para quem quiser participar. E, inspirados pelo levante da juventude árabe, palestina, europeia e, agora, a chilena, (aos quais a ANEL reafirma a completa solidariedade), o Congresso da ANEL terminou num verdadeiro êxtase, que era apenas expressão do sentimento de estar entre companheiros, fazendo história e abrindo o novo movimento estudantil passar. ■

Cai mais um ministro do governo Dilma

Esquema de corrupção envolve ministério que controla orçamento de R$ 16 bilhões

DIEGO CRUZ, da redação

Nem bem chegou à metade do primeiro ano de seu mandato, o governo Dilma já sofre sua segunda grande perda. Após a queda de Palocci, foi a vez do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento (PR), pedir demissão diante das inúmeras denúncias de corrupção que cercam seu posto. nomeação de Paulo Passos, do mesmo partido político de Nascimento.

Longe de ser figura secundária no governo, Alfredo Nascimento era um dos ministros mais antigos, nomeado ainda durante o governo Lula e há mais de sete anos no comando dos Transportes. Sua pasta conta com um dos maiores orçamentos da União e toca grande parte das obras do PAC. Nascimento dispunha de R$ 16 bilhões por ano, só o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), órgão responsável pelas estradas federais, conta com orçamento de mais de R$ 12 bilhões, e controla, por sua vez, obras cujo valor total supera os R$ 40 bilhões.

MENSALÃO DO PR

Embora sempre envolto em denúncias, o ministério acaudilhado pelo PR (Partido da República) se viu no meio do olho do furacão após a edição da revista "Veja" publicada no último dia 2, trazer em detalhes os esquemas de superfaturamento de obras e cobrança de propinas a empreiteiras e empresas de consultoria de engenharia. Segundo a revista, as propinas sobre os contratos milionários firmados pelo Ministério chegavam a 4% ou 5% do valor do contrato, tudo centralizado pelo líder da sigla, o deputado Valdemar da Costa Neto, também enrolado com as denúncias do Mensalão.

Além de realizar licitações direcionadas às empreiteiras que pagavam a propina, o Ministério superfuturuva as obras depois de iniciadas, através de "termos aditivos". Esse mecanismo permitia aumentar indefinidamente o valor original das obras. Segundo a "Veja", a corrupção era tamanha que os recursos desviados começaram a inviabilizar as próprias obras. Em determinado momento, Dilma teria convocado uma reunião com os dirigentes do ministério para reclamar que eles estavam "descontrolados". Só o orçamento de obras ferroviárias passou de R$ 12 bilhões (em março de 2010) para R$ 16,4 bilhões, um ano depois.

Após a revelação das denúncias, quatro dirigentes da cúpula do Ministério foram afastados, incluindo o diretor do Dnit, Luiz Antonio Pagot. Em contrapartida, o Planalto declarou total confiança no ministro Alfredo Nascimento. Mais ainda, incumbiu o então ministro de dirigir uma investigação em relação às denúncias de corrupção. Nesse dia 6, porém, o jornal "O Globo" trouxe mais denúncias que afetavam diretamente Nascimento. Levantamento do jornal carioca mostra a evolução patrimonial do filho do ministro, Gustavo Morais Pereira, que cresceu 86.500% em apenas cinco anos. O filho de Alfredo é dono de empresas que mantém negócios com o governo.

DILMA SABIA

Boa parte da imprensa vem elogiando a atitude de Dilma, tratando Nascimento como uma espécie de herança maldita do governo Lula. Mais ainda, avaliam que as denúncias contra o ministro teriam partido de setores do próprio governo, supostamente preocupados em afastar o corrupto PR do comando dos transportes. Um esquema tão grande e duradouro, no entanto, não poderia ter funcionado sem o conhecimento e cumplicidade do Planalto e da própria Dilma.

A reunião relatada por "Veja" que detalha a reclamação de Dilma com os sucessivos superfaturamentos do ministério, a ponto de inviabilizar o PAC, revela que, ao menos, a presidente tinha conhecimento do que se passava por ali. E não só não demitiu o ministro como reafirmou, após a divulgação das denúncias, sua confiança nele.

Ainda durante o governo Lula, Dilma Rousseff como ministra-chefe da Casa Civil e coordenadora do PAC, tinha obrigatoriamente contato direto com Alfredo Nascimento e o seu ministério. Resta saber, agora, o quanto o Planalto e o PT estiveram implicados nesse esquema. Sabe-se, por exemplo, que o atual senador Blairo Maggi (PR-MT), um dos maiores produtores de soja do país e quadro da legenda, contribuiu com R$ 1 milhão para a campanha de Dilma. Maggi foi convidado para assumir o Ministério, mas desistiu, para não atrapalhar seus negócios.

Nesse dia 7, o jornal "Folha de S. Paulo" revelou que Luiz Antônio Pagot procurou senadores do PR para contar que parte da campanha presidencial da então candidata petista foi paga com os tais aditivos do Ministério. Enquanto fechávamos essa edição, Pagot estava prestes a dar seu depoimento ao Congresso e ameaçava jogar na fogueira o nome do petista Hideraldo Caron, diretor de Infraestrutura Rodoviária do Dnit. Segundo Pagot, o petista era responsável por "90%" das obras liberadas pelo órgão.

Pelas cifras astronômicas envolvidas nesse escândalo e a total falta de controle, pode ser que estejamos nos deparando com um esquema de corrupção muito superior ao Mensalão do governo Lula.

ROUBALHEIRA VAI AUMENTAR

Agora, o ex-ministro Alfredo Nascimento retoma o seu posto como senador e líder do PR, absolutamente impune das denúncias de irregularidades. E o Ministério dos Transportes continuará nas mãos dos mesmos. Dilma havia anunciado sua vontade de que o atual secretário-executivo do ministério, Paulo Sérgio Passos, que assumiu como ministro interino e teria perfil "técnico', permanecesse no controle da pasta. Mas o PR, ao qual o próprio Passos é filiado, se recusava a chancelar o nome do filiado, preferindo alguém de "maior envergadura política". Enfim, o ministério vai continuar nas mãos do PR.

O Partido da República é o mesmo PL da época do Mensalão, no governo Lula, turbinado pelo nanico Prona e por um outro grupo aqui e ali, que vieram engrossar a legenda, como o ex-governador do Rio, Anthony Garotinho. A função do partido, porém, parece continuar a mesma: um duto destinado a desviar recursos públicos. É nas mãos desse partido que Dilma entrega o orçamento bilionário do Ministério e das obras do PAC.

Assim como no escândalo envolvendo Palocci, se depender do governo ninguém será punido e tudo continuará na mesma. Mais ainda, enquanto Alfredo Nascimento entregava sua carta de demissão no final nesse dia 6, o Senado aprovava o famigerado "Regime Diferenciado de Contratações" para as obras da Copa e das Olímpiadas. A medida que vai, agora, para a sanção de Dilma, desobriga a divulgação de orçamentos para a contratação de grandes obras de infraestrutura.

Não é difícil prever o que vai acontecer. A medida é a institucionalização do "liberou geral" para grandes obras de infraestrutura. Contrariando o jargão do deputado recém-eleito pelo PR, Tiririca, pior do que está, fica sim. ■

Alfredo Nascimento, nomado por Lula, ocupava o cargo há 7 anos.

Fusão entre Pão de Açúcar e Carrefour vai beneficiar capital estrangeiro

BNDES promete R$ 4 bilhões para Abilio Diniz comprar filial brasileira do Carrefour para supostamente "fortalecer empresas nacionais". Será?

GABRIEL CASONI, de Minas Gerais e VINÍCIUS ZAPAROLI, de São Paulo*

A fusão entre a rede de supermercados Pão de Açúcar com a subsidiária do francês Carrefour vai mudar radicalmente o mercado varejista no país. Mas, o que seria mais uma notícia sobre fusões, e a consolidação de mais um monopólio no Brasil, porém, se torna ainda mais escandaloso pelo fato de a negociação ser viabilizada através de dinheiro público.

Para viabilizar o acordo, os cofres públicos, através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), vão despejar R$ 4 bilhões de reais nos bolsos das multinacionais. Dinheiro do povo para garantir lucros privados. Tudo feito em nome do "desenvolvimento nacional".

Nesse teatro, o BNDES teria o papel de patrocinar as multinacionais brasileiras na disputa do mercado mundial. Por consequência, a fusão do Pão de Açúcar com o Carrefour estaria plenamente justificada. Afinal, seria mais uma multinacional "canarinho" que se juntaria a Vale, Petrobrás e outras gigantes "tupiniquins". Como afirmou o empresário Abílio Diniz, do Pão de Açúcar em entrevista ao "Jornal Nacional": "O BNDES fez um bom negócio. Está evitando que o sistema de abastecimento seja totalmente desnacionalizado. Acho que está fazendo um serviço para o consumidor, para a sociedade, para todos os brasileiros". Mas será que esse enredo é verdadeiro?

> O governo brasileiro injetou bilhões para criar a 3° maior empresa do país, a qual será predominantemente estrangeira

O AVANÇO DA DESNACIONALIZAÇÃO

O investimento do BNDES na compra do Carrefour pelo Pão de Açúcar se insere na declarada política do governo de impulsionar a criação de "vencedores" nacionais, de grandes empresas globais, supostamente brasileiras. É o caso, por exemplo, da compra da Brasil Telecom pela Oi, da fusão da AmBev com a belga Interbrew ou da Perdigão com a Sadia.

Essas fusões, porém, não criam grandes empresas brasileiras que vão explorar o mercado internacional. Resultam em multinacionais, no máximo, geridas por brasileiros, mas controladas por capital estrangeiro.

Mas o desvio de dinheiro público para negócios privados é colorido com um verniz nacionalista, supostamente progressivo. Mais uma vez um jogo de ilusões. O caso da negociação do Pão de Açúcar nos ajuda a revelar a verdade a respeito da política econômica do governo Dilma. O grupo que será criado a partir da fusão dos dois hipermercados terá 61% de capital francês (Folha de S. Paulo 01/07/2010), controlados pelas redes Casino e Carrefour. Dito de outra forma, o governo brasileiro injetou bilhões para criar a 3° maior empresa do país, a qual será predominantemente estrangeira.

É possível outro modelo de desenvolvimento?

Ao contrário do cenário pintado pelo governo, o país está mais dependente do capital internacional. Há uma política sistemática de transferência de dinheiro público para garantir lucros privados e, ao mesmo tempo, existe um avanço do capital internacional que já controla cerca de 70% das empresas brasileiras.

Esta crescente subordinação do país às multinacionais estrangeiras só é possível à custa do sacrifício dos trabalhadores e do povo. As filas nos hospitais e os salários de fome dos professores são testemunhas do desastre social resultante da política econômica do governo. O dinheiro economizado em gastos sociais é canalizado para o pagamento dos juros da dívida pública e para o financiamento público do setor privado.

Diante desse quadro, um trabalhador honesto poderia perguntar: Tudo bem, o governo não fez as melhores escolhas, mas é possível um modelo alternativo? O que temos não é o único caminho existente?

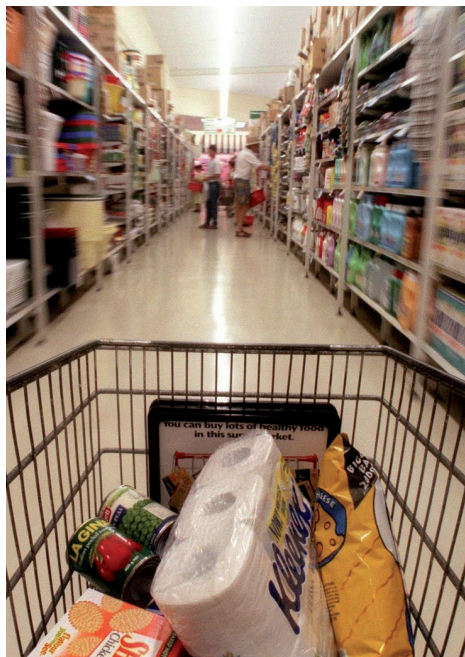
Sim, existe outro caminho. Para atender às necessidades mais sentidas do povo é preciso um aumento geral dos salários e o congelamento dos preços dos alimentos, aluguéis e tarifas de água e luz. Para consegui-lo é necessário atacar os lucros dos empresários com a reestatização das empresas privatizadas (Vale, Embraer e CSN), a taxação das grandes fortunas, a nacionalização do agronegócio e a reforma agrária no campo.

Ao mesmo tempo, não há um país decente sem educação, moradia e saúde de qualidade. Para garantir os investimentos sociais necessários é preciso o fim do pagamento da dívida pública e dos patrocínios do BNDES ao setor privado. Sem bancar a agiotagem da dívida e as negociatas privadas, seria possível investir, também, em cultura, esporte e preservação ambiental.

A conta do supermercado e o monopólio

A união das duas maiores redes varejistas do país refletirá em breve no bolso de muitos brasileiros, na hora de pagar a conta do supermercado. O Pão de Açúcar e o Carrefour possuem juntos 32,4% do setor e esse índice cresce nos grandes centros urbanos. A fusão dos dois grupos representará um controle em larga escala dos preços dos produtos oferecidos, aumentando o poder de barganha por parte da empresa na compra e oferta de mercadorias. Esse maior domínio do mercado vai criar um grupo hegemônico no setor varejista, diminuindo a concorrência e elevando os preços.

Portanto, o governo está financiando a formação de um monopólio que provavelmente deixará mais caros os alimentos e os artigos básicos de consumo. Esse aumento de preços acontecerá justamente num contexto de subida da inflação, sobretudo dos alimentos. Em resumo, essa fusão de supermercados com a ajuda do governo não parece uma boa ideia para os trabalhadores.

Por outro lado, a fusão vai aprofundar o controle da empresa não só sobre a distribuição, mas de toda a cadeia de produção de uma série de produtos. Vai aumentar a pressão sobre pequenas e médias empresas, principalmente, sobre aqueles pequenos fornecedores que, na prática, atuam como terceirizados das grandes redes.

DINHEIRO PÚBLICO PARA EMPRESÁRIOS

Num país como o Brasil, onde a educação está em ruínas e a saúde é uma tragédia, seria sensato que o dinheiro público fosse utilizado para fins sociais. A maioria dos trabalhadores pensa assim. Mas não é o que faz o governo Dilma.

Desde abril de 2007, o banco de financiamento do governo (BNDES), por meio do BANESpar, despejou R$ 46,2 bilhões em grandes empreendimentos privados nas áreas de telefonia, mineração, petróleo e gás, frigoríficos, energia e até em celulose.

Há, assim, um "desvio" contínuo de imensas riquezas do povo brasileiro para sustentar negociatas privadas. Alguns exemplos são esclarecedores. Ainda sob o governo Lula, a JBI (rede de frigoríficos) arrecadou R$ 1,1 bilhão de reais dos cofres públicos, a Votorantim R$ 1,8 bi e a Bertin R$ 2,5 bilhões.

SERVIÇOS PÚBLICOS

O sequestro do dinheiro público chega a ser escandaloso se comparado aos gastos sociais. Para se ter uma ideia, o custo com o Bolsa Família em 2010 foi de R$ 13 bilhões, enquanto que o patrocínio do BNDES ao setor privado registrou R$ 23,1 bilhões no mesmo ano. Ou seja, os grandes empresários receberam R$ 10 bilhões a mais do que todas as famílias beneficiadas pelo principal programa social do governo.

Porém, a situação é mais grave, pois essa ajuda aos empresários dá-se em prejuízo aos investimentos sociais. Neste ano, o governo já cortou R$ 50 bilhões do orçamento, afetando as verbas para educação e saúde, enquanto a iniciativa privada vai receber R$ 13 bilhões de incentivos públicos. Com o dinheiro que o governo vai gastar na fusão dos supermercados daria para construir 7.870 Unidades Básicas de Saúde, ou 4.200 creches, ou 1.000 escolas. Verdades simples – mas bem escondidas – que desmancham no ar o discurso popular do governo.

É preciso que, diante desses fatos incontornáveis, os trabalhadores cheguem a uma segunda conclusão: o governo federal está a serviço dos grandes grupos multinacionais que controlam os setores fundamentais da economia brasileira. ■

* colaborou Diego Cruz.

A dupla farsa de Abílio Diniz

Da redação

Dezembro de 1989. O empresário Abílio Diniz é supostamente sequestrado por integrantes do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). O sequestro é revelado ao país após a libertação do executivo, no dia 16 de dezembro, véspera do segundo turno da primeira eleição na qual se enfrentavam Collor e Lula.

Os sequestradores são presos e apresentados a imprensa. Um deles está com uma camisa do PT. Materiais da campanha de Lula também supostamente estavam com os sequestradores. Tratava de uma grande farsa envolvendo a mídia, polícia e Abílio Diniz, que vai servir como uma das principais explicações da derrota de Lula naquela eleição.

Maio de 2010. Diniz é o primeiro empresário a declarar apoio à campanha presidencial de Dilma. Pouco antes, tinha se declarado um "fã de carteirinha" do presidente Lula.

Hoje, o empresário que está à frente da fusão entre as duas redes de supermercado, é exemplo do que aconteceu com grande parte da burguesia nacional. Com a desnacionalização da economia, empresas foram adquiridas por multinacionais e muitos burgueses se tornaram sócios minoritários do capital estrangeiro.

Assim como em 1989, Abílio Diniz hoje participa de outra farsa. A farsa de que a compra do Carrefour pelo Pão de Açúcar se insere na declarada política do governo de impulsionar o "capital nacional".

Endividamento do

Mito da “ascensão social” é baseado no endividamento de milhões de trabalh

JEFERSON CHOMA, da redação

Você conhece alguém que não esteja endividado? Uma resposta afirmativa a essa pergunta está se tornando cada vez mais difícil. O endividamento dos trabalhadores tomou conta do país. Nunca o endividamento pessoal atingiu tantos brasileiros. Nem mesmo durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Na época, o endividamento representava 6% do PIB (Produto Interno Bruto), soma de todas as riquezas do país. Mas foi sob o governo Lula que o endividamento dos trabalhadores deu um grande salto, registrando 15% do PIB. No gráfico ao lado é possível acompanhar a evolução do endividamento, nos dois governos.

Um estudo intitulado “Radiografia do Endividamento das Famílias nas Capitais Brasileiras”, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio-SP), aponta que 64%, em média, das famílias que vivem nas 27 capitais do país tinham dívidas, entre janeiro e maio deste anos. No mesmo período, em 2010, o endividamento era de 61%. Há capitais nas quais o endividamento é quase absoluto. Curitiba (PR), por exemplo, tem 88% das famílias endividadas; seguida por Florianópolis (SC), cujo índice é de 86%. Ou seja, quase nove entre 10 famílias estão endividadas nessas capitais.

A mesma pesquisa também aponta que o valor médio da dívida aumentou quase 18%: de R$ 1.298 mensais, entre janeiro e maio do ano passado, para R$ 1.527 mensais, em igual período deste ano. Segundo um estudo da LCA Consultores, divulgado pelo jornal “O Estado de S.Paulo”, o total da dívida das pessoas físicas chegou a R$ 653 bilhões em abril. Em dezembro de 2009, a dívida das famílias estava em R$ 485 bilhões.

FRAGILIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

O crescimento econômico é o pano de fundo do endividamento dos trabalhadores. O crescimento fez com que bancos e financeiras abrissem as torneiras do crédito, com prazos a perder de vista. Assim, muitos trabalhadores acabaram contraindo dívidas no cartão de crédito, cheque especial, financiamento bancário, crédito consignado, para compra de veículos e imóveis.

Mas o endividamento dos trabalhadores tornou-se uma estratégia das empresas para expansão dos seus rendimentos. As práticas como créditos longos, facilidades na aquisição de cartão de crédito, cheque-especial, e muitas outras, permitem que os capitalistas lucrem mais nos financiamentos dos produtos que vendem, do que com a venda em si do produto.

Para “combater a inflação”, o governo Dilma impõe a maior taxa de juros de todo o mundo (ver tabela), o que proporciona lucros estupendos aos banqueiros. Não é por menos que um dos maiores negócios (e mais lucrativos) dos bancos seja a operação de crédito. Ao mesmo tempo, uma alta taxa de juros serve para o país atrair capitais estrangeiros, de forma a manter uma reserva alta em dólar, e assim permitir que os lucros gerados no Brasil sejam remetidos ao exterior.

JUROS E JUROS

Mas não existe uma única taxa de juros no mercado. A taxa de juros que os capitalistas tem para investir é bem diferente dos juros pagos pelos trabalhadores.

Segundo cálculo do economista Mansueto Almeida, do IPEA, os empréstimos subsidiados do BNDES às empresas representaram, em 2010, um custo ao país de R$ 21 bilhões ao ano. No entanto, o BNDES repassa esse dinheiro às empresas a juros de apenas 6% ao ano, e prazos que vão de 20 a 40 anos. Por outro lado, a taxa de juros cobrada pelos bancos no cheque especial chega a 150% ao ano, segundo o Banco Central.

O destaque fica para o crédito consignado que se tornou uma armadilha aos trabalhadores. Criado em 2003, sob a desculpa de facilitar acesso dos pobres aos empréstimos bancários, o crédito é concedido especialmente a pessoas de baixa renda que têm descontado nos salários os empréstimos contraídos nos bancos. De lá prá cá esse tipo de crédito se tornou um dos componentes mais importantes do lucro dos bancos, pois a rentabilidade é certa para os banqueiros, uma vez que o risco de inadimplência é zero, além das taxas altíssimas de juros.

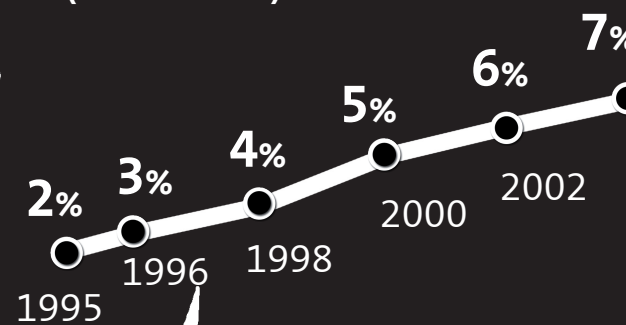
Os bancos agradecem toda generosidade dos governos. Por isso foram os maiores doadores das campanhas eleitorais de Dilma e José Serra. De conjunto, doaram cerca de R$ 8 milhões para a então presidenciável petista. O Itaú foi o maior financiador de Serra e Dilma, com R$ 4 milhões para cada campanha.

SALÁRIOS ARROCHADOS

O endividamento dos trabalhadores mostra outra face perversa do crescimento da economia. Enquanto muitos empresários e banqueiros lucraram como nunca com o crescimento, os salários foram arrochados. O governo e a imprensa não param de comemorar o “milagre da nova classe média”. Mas, na verdade não houve nenhuma grande “ascensão social”. O que houve foi o aumento do consumo com base na forte expansão do crédito. Dados do Censo 2010 do IBGE comprovam isso. Há dez anos, no início do governo Lula, as famílias que ganhavam de três a cinco salários mínimos per capita correspondiam a 5,1% da população. Em 2010, este grupo cresceu para 5,3%.

Na verdade, nos últimos anos os trabalhadores não tiveram uma melhoria salarial que possibilitasse a suposta “ascensão social” tão propagada pelo governo e pela mídia. Segundo o IBGE, a média do rendimento dos trabalhadores em 2002, era de R$ 1.450 reais. Nos anos posteriores houve uma queda acentuada, chegando a aproximadamente R$ 1.250, em 2004 e 2005. No entanto, nos anos seguintes houve uma recuperação e, em 2009, o rendimento médio atingiu novamente os mesmos R$ 1.450. Ou seja, o trabalhador apenas recuperou o poder de compra que tinha em 2002. Ao longo do governo Lula, o salário dos trabalhadores registrou um aumento médio real de apenas de R$ 52,00.

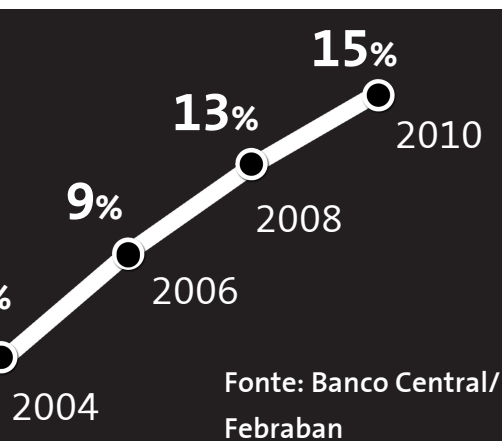
Se por um lado, o governo Lula ampliou o consumo dos setores mais empobrecidos (por meio do aumento do emprego, ampliação do crédito e políticas compensatórias como o Bolsa Família), por outro arrochou o salário dos setores mais qualificados da classe trabalhadora. Muitos foram demitidos, para recontratar novos terceirizados nos setores privados ou tiveram salários diminuídos. Com isso o salário médio se manteve enquanto a produção e os lucros aumentaram muito.

Um dos principais jornais do sistema financeiro, o “Financial Times”, publicou um artigo em que indicava que o altíssimo endividamento dos brasileiros está levando a economia brasileira para uma crise de grandes proporções. Segundo o jornal, as medidas adotadas pelo governo brasileiro, em destaque a elevação da taxa de juros, vão acelerar o endividamento e também fazer crescer a inadimplência. Em outras palavras, o endividamento de milhões tornou os trabalhadores muito mais vulneráveis a uma situação de crise econômica.

Taxa de juros no mu

Brasil
Argentina
Rússia
Índia
China
México
União Europeia
Inglaterra
EUA
Japão

Fonte: www.brasileconomico.com.br

brasileiro é recorde

nadores, que estão agora mais vulneráveis a uma situação de crise econômica

undo

12,25%
11,15%
8,25%
7,25%
6.06%
4,50%
1,25%
0,50%
0,25%
0,10%

"Apenas comia, dormia e trabalhava"

MARCELLO LOCATELLI, DE CURITIBA (PR)

Com a frase acima, Pedro* resume a realidade que enfrentou nos últimos meses para conseguir pagar suas dívidas. "Tive uma vida miserável, por isso digo que apenas sobrevivi nestes anos, enquanto o banco consumia metade do meu salário", diz.

Operário de Curitiba, com qualificação profissional acima da média, Pedro hoje trabalha numa fábrica pequena que produz peças para automóveis. No entanto, pouco antes tinha conhecido o drama do desemprego.

"Fiquei desempregado, vivi do seguro desemprego por quatro meses, mas fiquei seis meses sem emprego. Com isso todas as dívidas que tinha em lojas não puderam ser pagas, também acumulei dívidas com aluguéis. Em desespero, fui obrigado a emprestar dinheiro no banco", relata.

Pedro conta como foi extorquido pelos bancos. "Minha dívida que era de aproximadamente 12 mil reais, em alguns anos, passará dos 30 mil reais quando terminar de pagá-la no final deste ano", diz.

A realidade de Pedro é parte do alto índice de endividamento enfrentado pelas famílias curitibanas. Pouco mais de 27% da renda mensal das famílias curitibanas está comprometida com as dívidas, a maioria delas com os bancos. No caso de Pedro, atualmente, cerca de metade da sua renda mensal está comprometida com o pagamento das dívidas junto ao banco.

O endividamento foi um dos elementos que influenciou na disposição de luta que marcou as inúmeras greves metalúrgicas que ocorreram nos últimos meses na capital paranaense. Na Volks, foram 37 dias de greve, o que resultou numa importante vitória a favor dos trabalhadores. Nas fábricas e assembleias era comum ouvir dos operários "que o crescimento econômico das empresas deveria ser revertido em melhores salários". A maioria deles reclamava da situação de endividamento em que vivem. Endividados, os trabalhadores decidiram lutar por "sua parte" do crescimento econômico.

* pseudônimo do operário entrevistado, mas a situação é real.

Acabar com o lucro dos banqueiros

Não existe forma de mudar esse país sem atacar os lucros e a propriedade do setor financeiro

DA REDAÇÃO

Uma catástrofe se aproxima com o cada vez maior endividamento dos trabalhadores. Os banqueiros são as maiores expressões do caráter parasitário do capitalismo. São beneficiários do atual estágio de centralização econômica e superexploração. Entra governo, sai governo, e os lucros dos bancos crescem.

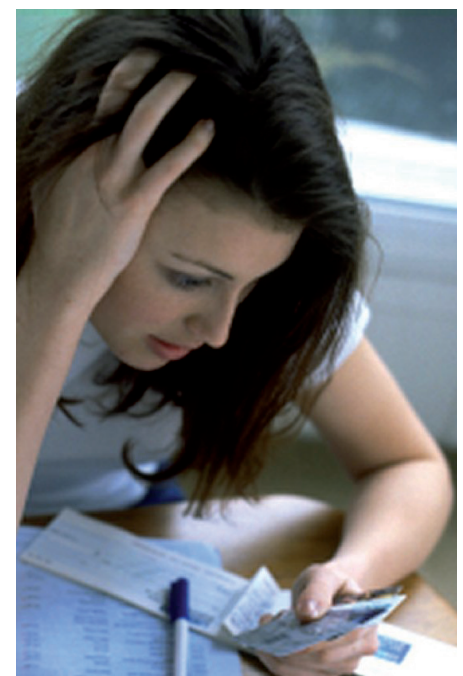
Os trabalhadores estão cada vez mais endividados. O governo, por outro lado, entrega metade de todo o orçamento do país aos bancos para pagar a dívida pública. Estamos diante de um enorme setor parasitário que suga as energias do Estado e dos trabalhadores, alimentando uma taxa de lucros absurda.

Não existe forma de mudar esse país sem atacar os lucros e a propriedade do setor financeiro, que cumpre um papel de ponta no sistema capitalista. A única alternativa é a estatização do sistema financeiro, e colocar os bancos sob controle dos trabalhadores. Será a única solução para que os bancos, ao invés de ficarem com metade do orçamento do país, financiem os grandes projetos econômicos necessários ao Brasil. Será a única maneira de evitar a crise do endividamento do povo pobre e garantir aos trabalhadores empréstimos com as mesmas taxas que o BNDES cobra das grandes empresas (6% ao ano).

Endividamento e o capitalismo

A grande expansão do crédito ganhou uma dimensão muito importante depois da crise capitalista dos anos 1970. A crise provocou uma queda acentuada dos salários, mas, para garantir que a população continuasse consumindo, foram criadas diversas maneiras para garantir crédito (cartão de crédito, hipotecas de casas etc.).

O crédito também foi essencial para garantir os lucros da burguesia, que emprestava dinheiro do sistema financeiro para garantir os recursos necessários para os investimentos produtivos. Assim, foram surgindo um número incalculável de ativos financeiros, que logo passaram a ser fonte de especulação nas Bolsas de Valores. O fenômeno se tornou ainda maior com a globalização capitalista, que trouxe a completa desregulamentação do sistema financeiro.

Hoje, o crescente processo de "financeirização da economia" é uma das principais características do capitalismo. Os lucros de toda a indústria estão totalmente subordinados aos negócios financeiros, tornando o sistema ainda mais instável e vulnerável às crises econômicas. ■

Assembleia de greve dos trabalhadores da construção civil de Fortaleza, realizada no primeiro semestre de 2011.

Campanhas salariais devem agitar o segundo semestre

SEBASTIÃO CARLOS, o "Cacau", é membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas

O primeiro semestre do ano foi marcado por uma retomada importante das greves e mobilizações, na sua maioria por reivindicações econômicas, em diversos segmentos do movimento sindical brasileiro.

Os trabalhadores da construção civil, em particular das obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), protagonizaram verdadeiras rebeliões contra as condições de trabalho impostas, enfrentando-se com os patrões, governos, a PM e a burocracia sindical, nas usinas de Jirau e Santo Antônio, em Suape (PE), Pecém (CE), no Mato Grosso do Sul e em refinarias da Petrobras.

Foram seguidos pelos trabalhadores da construção civil de vários estados, que também foram à greve, com destaque para os operários de Fortaleza (CE).

Os metalúrgicos, em particular das montadoras de automóveis, realizaram mobilizações e greves como há anos não víamos.

Foram enfrentamentos duros, mas, em vários deles, os trabalhadores alcançaram vitórias econômicas importantes.

Já os servidores públicos das três esferas (municipal, estadual e federal) também realizaram – e seguem realizando – greves longas, com enfrentamentos também duríssimos com os governos e poderes públicos.

Um destaque importante cabe aos trabalhadores em educação, que se mobilizaram em 18 estados do país, na luta pelo piso da categoria, por melhores condições de trabalho e em defesa dos planos de carreira.

O aumento dos preços dos alimentos e das tarifas púbicas fomentou um processo de indignação entre os trabalhadores, com reflexos também nos movimentos populares e estudantis.

A retomada da inflação, combinada com o aumento da exploração no trabalho e os altíssimos lucros obtidos pelos empresários potencializaram as lutas salariais.

A CSP-Conlutas buscou unificar essas lutas, com diversas iniciativas, da própria Central e do espaço de unidade que estamos construindo com outras organizações. Foram atos unificados de categorias e movimentos sociais de diversos estados, um dia de mobilização nacional em 28 de abril, caravanas e mobilizações do funcionalismo federal em Brasília (DF), lutas do movimento estudantil e movimentos populares urbanos e rurais.

NO SEGUNDO SEMESTRE NÃO SERÁ DIFERENTE

E com um elemento a mais: o aumento do nível de endividamento das famílias (leia na página 8 e 9).

Algumas das principais categorias já se preparam para as suas campanhas salariais, dentre elas os metalúrgicos dos estados de Minas Gerais e São Paulo; trabalhadores da Petrobras, dos correios, em processamento de dados, bancários e eletricitários, dentre outras. Setembro e outubro concentram a maioria das datas de reajuste salarial.

A permanência do ambiente econômico atual, com os altíssimos lucros das empresas, alta nos preços e necessidade de recuperação do poder de compra dos salários, deve empurrar os trabalhadores à luta.

A CSP-Conlutas pode e deve cumprir novamente, um papel importante no processo de aglutinação das categorias, organização das campanhas e unificação dos trabalhadores.

A partir da reivindicação salarial, podemos articular as ações dos nossos sindicatos filiados e fazer um amplo chamado à unidade de ação para lutar, construindo campanhas com eixos políticos, que questionem a política econômica do governo, responsável pela volta da inflação, pelo arrocho salarial, que favorece os banqueiros e grandes empresários, ataca os serviços públicos e prejudica a população pobre.

REIVINDICAÇÕES

Para a situação melhorar de fato precisamos derrotar essa política econômica. Precisamos aplicar os recursos disponíveis no país (desviados para o pagamento dos juros da dívida pública aos banqueiros) para melhorar o emprego, saúde, educação, transporte e moradia.

A redução da jornada de trabalho é um tema sentido e reivindicado pelos trabalhadores, em particular entre os operários.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) está investindo nessas luta e já fechou acordos com redução da jornada de algumas empresas, de 44 horas para 40 horas semanais.

Outro tema importante é a organização no local de trabalho, com o direito a eleição de delegados sindicais. Muitas vezes, os sindicatos não dão a atenção devida a esse tema e, mesmo fazendo um sindicalismo de luta, só organizam o trabalhador da porta da empresa para fora.

O nó da questão é que é dentro das empresas, das fábricas em particular, que os trabalhadores sofrem diretamente com o ritmo alucinante do trabalho, o assédio moral das chefias, com o adoecimento e acidentes de trabalho.

Por isso, ganha peso nas campanhas salariais que as pautas discutidas com os trabalhadores agreguem essa reivindicação, prevista na Constituição brasileira, mas até hoje não regulamentada pelo Congresso Nacional.

E exemplos não faltam de que é possível conquistar o representante no local de trabalho. Os mais conhecidos são os do funcionalismo público. Mas também entre sindicatos que organizam trabalhadores da iniciativa privada, temos bons exemplos. O Sindeess de Belo Horizonte (MG), que organiza trabalhadores da saúde privada e o Sindiflora da Bahia, que organiza o pessoal do reflorestamento, ambos filiados à CSP-Conlutas, tem em suas convenções e acordos coletivos o direito de eleger os delegados sindicais, com fiscalização e controle do próprio sindicato.

Outro tema importante, que precisa estar na pauta, são as reivindicações que garantam direito à creche para os filhos de trabalhadores e trabalhadoras, direitos iguais para todos, sejam mulheres, negros, homossexuais e outros setores discriminados.

JORNADA

A CSP-Conlutas está convocando, junto com outras entidades, uma jornada de mobilização de 17 a 26 de agosto, com manifestações nos estados e uma caravana a Brasília, em 24 de agosto. Estão nessa também a CNESF, COBAP, ANEL, Condsef, MTL, MTST, MST, UST, Intersindical e diversas outras entidades.

Queremos fazer convergir os planos de luta para manifestações e paralisações nesse período, buscando aglutinar forças e questionar os patrões e os governos.

Os metalúrgicos de Minas organizados na Federação Sindical e Democrática definiram o dia 18 de agosto como um dia estadual de mobilização. A CSP-Conlutas estadual abraçou a data e realizará uma grande manifestação em BH, junto com os movimentos populares e ocupações urbanas, servidores públicos e estudantes. O exemplo deve ser seguido nos demais estados. ■

Chile: maior mobilização da juventude desde a ditadura

Estudantes chilenos vão às ruas exigir educação pública e gratuita

Da redação

Estudantes secundaristas e universitários protagonizam no Chile a maior jornada de mobilizações desde o fim da ditadura militar, em 1989. Há pelo menos três meses, a juventude chilena vem se mobilizando, no que culminou em protestos massivos em junho, alguns deles duramente reprimidos pela polícia.

Os estudantes protestam contra o modelo de educação do país herdado da ditadura Pinochet: grande parte dos recursos é destinada à educação privada e, mesmo nas instituições públicas, são cobradas mensalidades. O resultado é uma educação excludente e que endivida os jovens que nem mesmo entraram no mercado de trabalho. O Chile foi pioneiro nas políticas neoliberais e privatistas, ficando conhecido como o "laboratório neoliberal" do mundo.

As marchas e manifestações se espalham pelas principais regiões do país. No dia 16 de junho, dezenas de milhares de estudantes marcharam em várias cidades. Já no dia 30, as manifestações reuniram um total de 100 mil jovens em Santiago e 500 mil estudantes, nacionalmente. Além da repressão policial, posta em prática pelos "carabineros" (policia local), o governo tenta de tudo para acabar com as mobilizações. O ministro da educação, Joaquin Lavín, chegou a adiar as férias de inverno para desmobilizar os estudantes. Em vão.

Já o presidente Sebastián Piñera anunciou um "Grande Acordo Nacional pela Educação", que inclui um investimento de 4 bilhões de dólares para as dívidas dos estudantes. Tal proposta, porém, não toca nos problemas de fundo da educação chilena e foi rechaçada pelos alunos.

RADICALIZAÇÃO

Além de uma educação pública e gratuita, os manifestantes reivindicam a democratização das escolas e universidades. As manifestações lembraram a 'Revolução dos Pinguins', a grande onda de mobilizações que sacudiu o Chile em 2006. Dessa vez, porém, ela reúne também, além dos universitários, professores e funcionários.

Outra característica dos protestos é a sua radicalização. *"Já são mais de 700 os colégios ou liceus tomados em todo o país, e dezenas de universidades públicas ocupadas ou em greves indefinidas"*, registra nota do PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), seção chilena da LIT (Liga Internacional dos Trabalhadores). *"Acostumados a lutarem por migalhas, a nova geração de jovens luta por ideais máximos, pondo em discussão o modelo de sociedade que rege o capitalismo"*, completa a nota.

A mobilização conta até com greve de fome. Um estudante de engenharia mecânica da Universidad Técnica Federico Santa Maria, Exequiel Medica, iniciou o protesto para pressionar o governo Piñera.

BEIJAÇO PELA EDUCAÇÃO

Nesse dia 6 de julho os estudantes deram um toque de Maio de 68 aos protestos. Como forma de burlar a proibição de manifestações perto de prédios públicos, como no Palácio de La Moneda, os estudantes promoveram um "beijaço" em defesa da educação que reuniu milhares de pessoas, inclusive casais homossexuais.

> No dia 6 de julho os estudantes promoveram um "beijaço" em defesa da educação, burlando assim a proibição de manifestações perto de prédios públicos.

Enquanto fechávamos essa edição, os estudantes preparavam para o próximo dia 14, que prometia ser a maior manifestação dos últimos 30 anos no país. Nas bandeiras, além da luta pela educação, o "fora Joaquin Lavín".

ANEL APOIA ESTUDANTES

A ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes - Livre!) divulgou nota em apoio aos estudantes chilenos. Clara Saraiva, da Comissão Executiva Nacional da entidade, está acompanhando, no Chile, esse processo, levando a solidariedade ativa dos estudantes brasileiros. *"A ANEL apoia integralmente a juventude chilena e está entrando em contato com ativistas do país, para acompanharmos cada vez mais de perto esse processo tão justo e importante para a luta da Educação no Brasil e em toda a América Latina"*, diz a nota.

Acima, beijaço chileno e, abaixo, mega-protesto em Santiago pela educação pública

Greve de mineiros e desgaste do governo

Não são apenas os estudantes que se levantam contra o governo chileno. Operários da estatal Codelco, maior produtora de cobre do mundo, realizaram nesse dia 11 de julho uma greve nacional de 24 horas contra a privatização da empresa. Exigem ainda maior poder de decisão na direção da estatal.

A data coincide com o aniversário de 40 anos da nacionalização das minas de cobre, pelo governo de Salvador Allende. A empresa conta com 16 mil trabalhadores mineiros e mais 30 mil terceirizados participaram da primeira greve convocada pela Federação dos Trabalhadores do Cobre, em 18 anos.

Às mobilizações dos estudantes e da comunidade escolar e dos mineiros, se soma ainda protestos de ambientalistas contra a construção de cinco hidrelétricas na região da Patagônia.

Essa série de mobilizações ocorre em um momento em que o governo Piñera sofre com uma queda histórica em sua popularidade. Pesquisa recente aponta uma desaprovação superior a 60%, a pior desde o final da ditadura. O governo se defende lembrando que a "concertação", que governava o Chile, também havia sofrido um profundo desgaste, sendo esse sentimento popular um "descontentamento com a classe política em geral". ■

Empresários e centrais governistas querem novo 'pacto social'

O que está por trás do pacto firmado entre CUT, Força Sindical e Fiesp?

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA
E JOÃO RICARDO SOARES, de São Paulo*

Enquanto os operários da Volkswagen do Paraná deflagravam uma das maiores greves da história da empresa, a CUT e a Força Sindical, junto com a toda poderosa Federação das Indústrias de São Paulo – Fiesp, realizavam um seminário com um título que em si mesmo é um programa: "Brasil do diálogo, da produção e do emprego. Acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e do emprego".

Logo depois, no dia 8 de julho, a CUT e Força Sindical promoveram uma manifestação conjunta na Anchieta "contra a desindustrialização do país". O objetivo explícito da manifestação era de divulgar as conclusões do seminário, e apresentar propostas que devem ser levadas ao Congresso Nacional em Brasília.

Na verdade, a conclusão mais importante do seminário não foi defendida publicamente na manifestação da Anchieta. A "luta contra a desindustrialização" na verdade é a defesa de um pacto social entre trabalhadores e empresários para "romper as barreiras do subdesenvolvimento". E para tal empreitada o economista Bresser Pereira explica o objetivo do pacto: medidas que acarretariam na redução de 30% dos salários reais durante três anos, desta forma o país poderia crescer a uma média de 7,5% gerando mais emprego e aumentando a massa salarial. Segundo o autor da proposta: "vale a pena os trabalhadores fazer esta troca, pois os custos serão pequenos".

Para estes senhores, o bombardeio dos produtos importados se constitui no principal problema do país, a causa da "desindustrialização" e da crise de perspectiva da indústria. Assim, o "pacto" para defender a indústria nacional seria a única forma de garantir empregos e manter o país na rota que o levaria a sair do subdesenvolvimento.

O que nos entranha muito é que dois temas não foram tocados no seminário: o lucro dos empresários e a propriedade da indústria instalada no Brasil. Este silêncio é de fato ensurdecedor. Sobre a desnacionalização da indústria, o fato de que a produção em solo brasileiro esteja controlada pelos monopólios internacionais e bancos norte-americanos, não foi ouvido nada. Nenhuma palavra foi dita sobre a remessa de lucros dos grandes monopólios. Não fica muito evidente de quem os autores do "novo pacto" querem nos defender, além dos produtos "importados".

CUT e Força Sindical juntas no ato do dia 8 de julho, pelo novo 'pacto social'

Os autores do novo pacto querem somente que as multinacionais aumentem sua taxa de investimento no país. Assim, os empresários "brasileiros" podem ampliar o lugar subalterno que ocupam de fornecedores de insumos. O governo entra com sua "parte" abrindo mão dos impostos que deveriam ir para a Educação e a Saúde, e cabe aos trabalhadores abrir mão do salário, perdendo duas vezes: com a continuidade do descalabro nos serviços públicos e com a diminuição do salário.

Não há como sair do "subdesenvolvimento" com um pacto junto com os empresários e este governo. A tese fundamental da aliança entre CUT, Força Sindical e Fiesp não é sequer um programa nacionalista e limitado de "defesa da indústria nacional".

IMPORTAÇÃO E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A CUT e a Força querem atrelar os trabalhadores à Fiesp em defesa da "produção nacional". Mas quando nos aproximamos do assunto vamos vendo que de "nacional" não existe nada na campanha da CUT e da FIESP. Para eles, a importação de produtos é o grande problema do país e a causa de todos os males. Mas não fazem a seguinte pergunta: Por que a importação tem crescido no mercado brasileiro de automóveis? A resposta é simples. As multinacionais aqui instaladas assim o querem. Nem a CUT nem a Força Sindical questionam essas multinacionais. Querem um acordo com elas para convencê-las a investir mais no Brasil, através da redução de impostos e salários.

Os lucros atuais das multinacionais já são gigantescos. A série de artigos de Joel Leite chamado o "Lucro Brasil" sobre a diferença de preços dos carros produzidos no Brasil e exportados e os preços dos mesmos carros no mercado interno dá um bom exemplo sobre isso.

Por exemplo, o Gol I-Motion com airbags e ABS fabricado no Brasil é vendido no Chile por R$ 29 mil. Aqui custa R$ 46 mil. Mas não é somente a Volks que pratica esta diferença. A Toyota vende o Corolla no Brasil por US$ 37.636,00, na Argentina US$ 21.658,00 e nos EUA por US$ 15.450,00. O que Joel leite demonstra é que essa diferença de preços não tem nada a ver com a justificativa dessas multinacionais de que o "custo Brasil" se deve aos impostos. A diferença é que a taxa de lucros praticada aqui é muito maior, e por isso o autor ironicamente fala em "lucro Brasil".

Não é por acaso que as empresas multinacionais no Brasil, em particular as montadoras, enviaram mais de 14 bilhões de dólares (entre 2000 e 2009) para suas matrizes. A remessa de lucros e dividendos das multinacionais cresceu nos oito anos de governo Lula em 139%. E quem paga esta conta são os consumidores brasileiros que pagam o carro mais caro do mundo.

Ora, todo mundo quer entrar neste "paraíso" de lucros. Estas empresas pegam dinheiro do governo via o BNDES com juros abaixo do mercado, tem isenção de impostos, e ainda vendem o carro acima do preço internacional. E remetem o lucro para suas matrizes.

A importação cresce porque as multinacionais estão cada vez mais internacionalizando a produção, fazendo uma parte em um país, outra em outro, para ampliar seus ganhos na escala de produção. E como os lucros no Brasil são astronômicos, todas as empresas do mundo querem participar dessa festa, pois ainda vendendo a um preço menor, tem uma margem de lucro altíssima na medida em que os mercados euro-

peus e norte-americanos estão saturados em uma crise de superprodução. O que está aumentando a importação é a concorrência entre as empresas e a crise da economia mundial, pois os lucros obtidos no Brasil estão acima da média mundial.

O QUE SE PROPÕE?

O que Sergio Nobre, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do AB, propõe aos trabalhadores brasileiros é o seguinte: aliar-se às empresas multinacionais como a Volkswagen, Fiat etc., para defender os seus lucros astronômicos.

Mas o sindicalista diz que os trabalhadores têm algo a ganhar: os seus empregos. Será mesmo?

Experiência de outros ‘pactos’

Não precisamos de uma análise muito acurada para saber que este argumento não é lá muito nobre. Se a Volks vendesse o Gol I-Motion a 29 mil reais no Brasil (o mesmo preço que vende no Chile e com lucro) ao invés dos 46 mil reais que cobra, poderia ocorrer o seguinte: aumentaria a demanda, a fábrica seria obrigada a fazer mais investimentos e contratar muito mais trabalhadores. E por que não faz isso? É simples, por que prefere aumentar seus lucros aumentando os preços e não aumentando a produção.

Se a Volks baixasse os preços, a importação de automóveis iria diminuir e geraria muito mais empregos. Mas a proposta de Nobre e da Volks-Fiesp é outra. Em sua exposição no citado seminário, a proposta para gerar empregos é: redução dos impostos IPI e ICMS; aumentar o financiamento de veículos e maior financiamento público. O mesmo que foi feito na câmara setorial em 1993 que, segundo o citado, salvou os empregos.

Pois bem, em 1993 a produção total de veículos no Brasil estava concentrada em algumas montadoras (Volks,GM, Ford, Fiat etc.). Neste ano tínhamos 106 mil trabalhadores na indústria automobilística no Brasil que produziram 1.017.550 automóveis de passeio. Cada trabalhador produziu 12,4 autos no ano. E o faturamento líquido do setor chegou a R$ 31,4 bilhões

Em 1998, cinco anos depois da câmara setorial, a indústria precisou somente de 83 mil trabalhadores, mas a produção de carros por trabalhador cresceu para 18,1 carros ano. E o faturamento das empresas chegou a R$ 42,9 bilhões. Diminuiu o emprego e aumentou o lucro.

Se ampliarmos a comparação, vamos ver que, de 1980 a 2008, mesmo com a introdução de novas empresas, o emprego total no setor baixou em 18%. Mas o número total de veículos produzidos subiu em 186%. A produção carro por trabalhador cresceu 251% (de 7,8 para 27,4 carros ano por trabalhador). E com isso o faturamento líquido saltou em 63%.

Presidente da CUT Artur Henrique

O resultado do pacto chamado de “câmara setorial” foi o seguinte: o Estado arrecadou menos impostos, o salário médio na indústria automobilística e o emprego diminuíram. Mas os lucros das empresas multinacionais cresceram muito.

ROMPER A BARREIRA DO SUBDESENVOLVIMENTO?

Para estes senhores se trata de defender a indústria nacional. Mas de que indústria nacional estão falando? Os principais ramos da indústria no Brasil são controlados pelas multinacionais: automobilístico, alimentos, bebidas, eletrônico, farmacêutica, Telecomunicações, Petroquímica e comércio varejista. O crescimento dos lucros destas empresas não significa mais investimentos no país, pois as principais decisões sobre o destino da produção são tomadas fora, pelas casas matrizes. Os barões da Fiesp entram como sócios menores destas empresas ou fornecedores de insumos para a produção e querem que o Estado siga financiando tudo.

Ocorre que nos últimos 10 anos, junto com a ampliação das empresas automobilísticas instaladas no país, existiu também um salto importante na produção e exportação de bens primários. Que inclui um aumento da produção e exportação agrícola e das matérias-primas industriais, como minério de ferro, alumínio, petróleo etc. Nada menos de 64% das grandes empresas de exportação agrícola instaladas no país são multinacionais.

Líder da Força Sindical, Paulinho da Força

Assim, o crescimento das exportações e o superávit da balança comercial que o país vem acumulando a partir de 2001 se devem à exportação de bens primários, em particular para China. E, ao mesmo tempo, vem acumulando um déficit comercial em setores chaves como máquinas e equipamentos, tecnologia da informação, química etc.

Qual então a política que propõe a Fiesp, a CUT e a Força e setores do governo? Manter o lugar que o país vem ocupando como fornecedor de matérias-primas para o mercado mundial e de manufaturados para o mercado interno e America Latina pelas multinacionais instaladas aqui. Mas querem então que o imperialismo passe a investir em outros ramos da indústria. A política de desenvolvimento tecnológico apresentada por Mercadante no dito seminário é buscar que empresas como General Eletric, IBM instalem centros de pesquisa no país, e que a “chinesa” Foxcom instale uma fábrica de produção de display.

Enfim, para que rompamos com as barreiras do subdesenvolvimento, estes senhores propõem que sejamos mais subordinados e dependentes do imperialismo. Por isso, para atrair estas empresas, Bresser propõe uma redução de 30% no salário real.

Chegamos então ao cúmulo ou cume do cinismo. A CUT propõe iniciar uma jornada de luta para que os trabalhadores sejam massa de manobra dos barões da Fiesp, que tem por objetivo serem sócios menores de novos investimentos e ainda por cima rebaixar os salários! Depois disso não se pode se espantar com mais nada!

ACABAR DE VERDADE COM O SUBDESENVOLVIMENTO

Não estamos sequer diante de um programa nacionalista, mesmo que rebaixado. Não há outra forma de romper a barreira do subdesenvolvimento sem nacionalizar a grande indústria e colocá-la a serviço do verdadeiro interesse nacional: as necessidades dos trabalhadores.

A verdadeira chave da política econômica do governo é o arrocho nos salários. Para romper com o subdesenvolvimento a primeira ação que devemos defender é o aumento dos salários e o não pagamento da dívida pública, que retira as verbas da Saúde e Educação. O descalabro nos serviços públicos obriga os trabalhadores a gastar mais e diminuir os nossos salários pagando por serviços que o Estado deveria garantir. Tudo o oposto do pacto que defende a CUT e a Força.

Afinal, o objetivo de sair do subdesenvolvimento é melhorar a vida da maioria da população. Mas assim como a Volks não quer baixar os preços dos automóveis vendidos no Brasil, nenhum setor burguês, nem da indústria, nem dos bancos, nem os que investem na agricultura querem diminuir seus lucros. Cabe aos trabalhadores esta luta.

Ao iniciar as campanhas salariais do segundo semestre, os trabalhadores metalúrgicos, que já amargam um ritmo de trabalho infernal e com salários bem abaixo da produtividade das empresas, não podem cair no conto do pacto social.

Devemos questionar a política econômica do governo Dilma que mantém o arrocho salarial e nos subordina aos interesses econômicos das grandes empresas nacionais e estrangeiras. A aliança que necessitamos não é com a Fiesp, é a unidade dos metalúrgicos com os professores e com o funcionalismo público, a unidade dos que sofrem os efeitos desta política. ■

*Zé Maria é presidente do PSTU e dirigente da CSP-Conlutas, e João Ricardo é membro do Ilaese

Forças

HENRIQUE CANARY,
da Secretaria Nacional de Formação

Foi no dia 8 de março. As operárias da indústria têxtil escolheram o Dia Internacional da Mulher para começar sua luta. Rapidamente a greve contagiou outras categorias e mais de 90 mil pessoas marcharam rumo ao centro da cidade. As mulheres iam à frente. Para impedir o avanço da multidão, o governo ordenou que a cavalaria formasse uma linha sólida e coesa em uma das pontes de acesso ao centro. Cerca de 1500 cavaleiros se alinharam. A multidão se aproximou e houve silêncio. Ninguém sabia ao certo como terminaria aquele encontro. As mulheres, mais corajosas, chegaram até os cavalos. De joelhos, elas seguravam as botas dos soldados e imploravam que as deixassem passar. Mas os soldados não se moviam. Então, algo inesperado aconteceu: um soldado piscou o olho para uma operária. Era um sinal, e ela logo entendeu. Ela se agachou, e passou por entre as pernas do cavalo, transpondo facilmente a temida barreira. Foi a primeira. Muitas outras a seguiram por aquela brecha inesperada. Outros soldados piscaram o olho para outras operárias e em poucos minutos, alguns milhares de trabalhadores haviam atravessado a ponte rumo ao centro, todos passando por baixo do ventre dos cavalos, mantidos imóveis pelos soldados. Formalmente, a ordem dada pelo comando havia sido cumprida e por isso ninguém poderia ser punido. Não passou pela cabeça do governo que a súplica de uma multidão de mulheres tocaria o coração daqueles homens duros. Mas tocou. No quinto dia de greve o governo caiu. Oito meses depois, em outubro, os mesmos homens e mulheres que haviam se arrastado por entre as pernas dos cavalos naquela manhã de março tomaram o poder e começaram a edificação de uma nova sociedade. A revolução, como toda criança, começou engatinhando, para logo depois dar passos de gigante. E tudo começou com um pequeno ato de indisciplina: uma piscada de olho.

O episódio é verídico, está documentado, e aconteceu em Petrogrado, antiga capital da Rússia, em 1917. Esse incrível começo da primeira Revolução Socialista vitoriosa da história nos remete a uma questão fundamental: o que são as Forças Armadas e qual a relação que os trabalhadores devem ter com elas?

> As forças armadas são um aparato repressivo a serviço da dominação de classe da burguesia

UM APARATO REPRESSIVO A SERVIÇO DA BURGUESIA

As Forças Armadas, incluídos aí o Exército, os serviços de inteligência e as polícias civil e militar, são um aparato repressivo a serviço da dominação de classe da burguesia. É verdade que o Exército protege as fronteiras do país dos invasores externos e presta auxílio à população quando acontecem grandes tragédias. Também é verdade que as polícias desvendam crimes, organizam o trânsito e vigiam as saídas das escolas com o objetivo de proteger as crianças. Mas isso é apenas uma cortina de fumaça que esconde suas verdadeiras funções.

Vivemos em uma sociedade dividida entre explorados e exploradores, oprimidos e opressores. Para manter a estabilidade da ordem social, a burguesia precisa dar uma cara democrática à sua dominação. Não pode reprimir todo o tempo. Por isso, no cotidiano, o domínio da burguesia se dá através da ideologia, e não da violência (ver artigo O que é ideologia, desta série). Mas há momentos em que as ideologias param de funcionar. Quando crises econômicas, política e social atingem um nível insuportável, as ideias tornam-se insuficientes para manter os trabalhadores passivos. Eles saem à luta, se organizam, se rebelam. Nesses momentos, sempre (absolutamente, sempre!), as Forças Armadas são colocadas em ação.

A PM realiza despejos em áreas ocupadas pelos movimentos sem-terra e sem-teto; a tropa de choque reprime greves e manifestações; a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) se infiltra nos movimentos sociais com o objetivo de identificar os líderes e coletar informações, e o Exército garante a ordem nas ruas das favelas ocupadas quando a polícia já não não dá mais conta.

TREINADOS PARA ATACAR NEGROS E POBRES

Uma das principais ideologias criadas pela burguesia é a de que as Forças Armadas existem para o bem comum. Não é a toa que o lema da polícia seja "para servir e proteger" e o do Exército seja "braço forte – mão amiga". A burguesia tenta todo o tempo passar a ideia de que as Forças Armadas são aliadas do cidadão de bem e que quem obedece as leis não tem nada a temer.

Mas a realidade é bem diferente. As Forças Armadas são, em primeiro lugar, uma força de classe. Isso pode ser visto em seu treinamento. Para "combater o crime", é preciso, antes de mais nada, saber identificar os criminosos. E como identificá-los? O treinamento da PM ensina: pela sua aparência. São jovens, negros, andam mal vestidos, passeiam em pequenos grupos à noite etc. Esse tipo de "treinamento", complementado por ações práticas dos alunos das academias de polícia nos bairros pobres da periferia, vai educando o policial na lógica de que todo pobre é um criminoso em potencial. Com o tempo, esse tipo de pensamento vai se enraizando na cabeça do policial e sua ação começa a adquirir um caráter discriminatório e segregador. Ele se separa do povo e acha que pode tudo. Daí a famosa imagem do policial militar jogando spray de

armadas

pimenta no rosto de duas meninas que acompanhavam a mãe em um protesto por moradia no Rio; ou ainda o vídeo do policial militar dando cinco tiros a queima-roupa em um adolescente de 14 anos, em Manaus, há alguns meses. Esses e muitos outros não são casos isolados. São a prova definitiva de que as Forças Armadas são, na realidade, a carceragem de uma prisão invisível, uma prisão chamada sociedade capitalista.

Outro exemplo emblemático: a forma como a tropa de choque se prepara para uma manifestação. Várias horas antes da manifestação o pelotão é chamado ao pátio do batalhão e fica em formação, aguardando a ordem de sair. Se está sol, fica no sol; se está chovendo, fica na chuva. Enquanto aguarda, o pelotão é "esclarecido" sobre os motivos da espera: "vocês estão aqui por causa de vagabundos e grevistas, veados e maconheiros" etc. São dadas também advertências: "cuidado com os coquetéis molotov, pedras e estiletes que todo estudante e sindicalista carrega consigo!". O resultado é óbvio: os policiais saem para `as ruas completamente enfurecidos, sedentos de vingança pelas horas de espera, fome e cansaço. Com esse tipo de "preparação", não é de se admirar que a PM gaste tanto gás de pimenta com sindicalistas, estudantes e crianças de 6 anos.

A ATITUDE DA CLASSE TRABALHADORA

Como instituições, o Exército e as polícias são irrecuperáveis. O objetivo dos socialistas é a dissolução dessas forças armadas violentas, racistas e anti-operárias e sua substituição por forças armadas formadas e controladas pelos trabalhadores e pela população pobre. Mas até lá os trabalhadores não podem ficar de braços cruzados.

A atitude da classe trabalhadora para com as Forças Armadas não pode levar em conta apenas o caráter repressivo da instituição. Deve levar em conta também o fato de que esta instituição é feita de pessoas de carne e osso, e que toda pessoa de carne e osso tem duas características: 1) pensa e 2) vive em uma determinada realidade social que a influencia.

As Forças Armadas não são compostas apenas por capitães e coronéis bem remunerados. Elas são formadas também por soldados rasos, cujo nível de vida é idêntico ao dos trabalhadores mais explorados. Existem as milícias que controlam as favelas, mas existem também os soldados que moram no morro, que secam seu uniforme dentro de casa e que vão para o trabalho à paisana para não serem mortos pelo tráfico.

A classe trabalhadora deve confiar que a revolução socialista provocará uma luta de classes também dentro das Forças Armadas e que os elementos mais honestos serão simpáticos à causa do proletariado e poderão, em certo momento e sob certas condições, romper a disciplina e se juntar à revolução. Todas as revoluções vitoriosas dependeram desse momento dramático: quando uma parte das Forças Armadas passa, de armas na mão, para o lado dos rebeldes. Pensar que o proletariado pode tomar o poder sem romper as forças armadas é uma utopia, é jogar o proletariado num poço de sangue e derrota.

> Pensar que o proletariado pode tomar o poder sem romper as forças armadas é uma utopia, é jogar o proletariado num poço de sangue e derrota

Mas, para dividir os aparatos repressivos, os trabalhadores precisam agir desde já, mesmo que modestamente. É preciso realizar um sério trabalho de propaganda sobre a base das Forças Armadas, defender o direito de greve e sindicalização dos soldados, disseminar entre eles a desconfiança para com os oficiais e o alto comando. É preciso convencer os soldados de que a melhoria de suas vidas depende de sua união com os trabalhadores, da derrota do capitalismo e da vitória do socialismo. Essa propaganda será, no atual momento histórico, tímida e débil, quase inexistente. Mas as revoluções e as crianças ensinam: quem não sabe engatinhar, jamais poderá correr.

O caso dos bombeiros

Um pequeno setor da esquerda foi contra a luta dos bombeiros do Rio de Janeiro. Eles alegam que os bombeiros são parte das Forças Armadas e que por isso sua luta é reacionária, não progressiva. Dizem, por exemplo, que quando se instala uma UPP, os bombeiros se integram à operação, subindo o morro logo atrás do BOPE. Pois bem. Também é verdade que quando se instala uma UPP, sobe o morro, logo depois do BOPE, um verdadeiro "pelotão" de assistentes sociais, psicólogos, médicos e enfermeiros. Isso é parte da política de "morde e assopra" do governo, de engano da população. Deveríamos então considerar as assistentes sociais e os médicos como inimigos da classe trabalhadora? O caveirão e a ambulância do SAMU cumprem o mesmo papel? Se a própria pergunta soa ridículo, imaginem a resposta desses companheiros...

O fato é que tudo não passa de um mal entendido, de um acidente histórico. Os bombeiros surgiram muito depois da polícia e do Exército. Sua existência não tem nada a ver com a manutenção da sociedade de classes, mas sim com apagar incêndios e resgatar pessoas. Aliás, no início eles nem eram militares. No Brasil, a primeira corporação de bombeiros foi criada em 1856 por D. Pedro II e não tinha caráter militar. Somente em 1880 eles foram militarizados. Depois, em 1934, foram novamente desmilitarizados e assim permaneceram até o final da Segunda Guerra Mundial, quando houve a militarização definitiva. Ainda hoje, nem todos os bombeiros são militares. Na maioria dos pequenos municípios os bombeiros são civis e estão submetidos a distintas secretarias de estado e às prefeituras. Há, também, corpos mistos, com bombeiros civis e militares trabalhando juntos. Mesmo no caso dos bombeiros militares, sua relação com a PM varia muito. Em alguns estados a independência da corporação em relação ao comando da PM é quase absoluta. Nos Estados Unidos, Japão, Austrália e em alguns países europeus os bombeiros são todos civis. Nada mais natural. Se os companheiros contrários à greve dos bombeiros olharem com bastante atenção para a cintura de qualquer membro da corporação, verão não uma pistola, como em qualquer policial, mas sim um cinto ginástico.

Insubordinação dos bombeiros levou a intervenção da polícia e a prisão de vários membros que participaram do levante

Mas esqueçamos os bombeiros. Suponhamos que a greve no Rio de Janeiro tivesse se dado entre os praças da Polícia Militar; que o tsunami em Copacabana tivesse sido azul e não vermelho. Qual deveria ter sido a relação da classe trabalhadora com essa greve? Ora, é evidente: se houvesse uma greve vitoriosa dos praças da PM, essa experiência de insubordinação, de indisciplina, teria ficado marcada na memória de todos os policiais grevistas. Eles teriam chegado à conclusão de que a quebra da hierarquia militar é a única forma de melhorarem suas vidas. Também teria ficado na memória deles a solidariedade prestada pelos sindicatos, pelos estudantes e pelos professores. Os mesmos estudantes e professores que eles encontrariam mais tarde em protestos e passeatas. Os soldados mais pobres teriam sentido sua unidade com o povo. Uma semente teria sido plantada. Com o tempo, ela certamente floresceria, nos dando como fruto, talvez, no momento necessário, uma ajuda, um gesto, uma piscada de olho. ■

Após 11 anos, assassinato de Gildo Rocha terá julgamento

Policial que atirou irá a júri popular neste dia 21 de julho

ANA BEATRIZ SERPA, JORGE HENRIQUE e KARINE AFONSECA, de Brasília (DF)

Após 11 anos, finalmente acontece o julgamento do assassinato de Gildo Rocha, militante do PSTU e dirigente do Sindser, Sindicato dos Servidores do Distrito Federal. Gildo foi morto na madrugada de 6 de outubro de 2000, durante atividade de greve contra a terceirização e por condições de trabalho.

Em 2000, o então governador Joaquim Roriz havia dado ordem de reprimir violentamente a greve dos trabalhadores da limpeza urbana (SLU), caso viesse a acontecer. Gildo Rocha, um dos líderes, saiu de casa de madrugada, no dia 6 de outubro, acompanhado de amigos, também do SLU, para uma atividade votada na assembléia: furar sacos de lixos para impedir a ação dos fura-greves. Dois policiais civis, armados e à paisana, abordaram o grupo, e na tentativa de fugir, 17 disparos foram efetivados contra o carro de Gildo. Dois tiros acertaram o porta-malas, oito ricochetearam e um atingiu Gildo nas costas.

Os policiais tentaram incriminar Gildo. Afirmaram que este estava em atividade suspeita e que teria disparado contra eles. Uma arma e drogas foram colocadas no carro, na tentativa de desqualificar a vítima. *"Foi uma covardia muito grande isso. Demorou, mas dois meses depois, saiu o laudo mostrando que era tudo mentira"*, lembra Gleicimar Souza, viúva de Gildo. O laudo do Instituto Médico Legal provou que Gildo não atirou, já que em sua mão não havia vestígios de pólvora. Um exame de sangue mostrou ainda que não havia consumido drogas.

IMPUNIDADE

O processo foi marcado pela lentidão. A ponto de um acusado já ter morrido, em acidente. O que mostra o papel da Justiça. *"Para muitos, basta roubar uma galinha pra ser preso"*, diz Gleicimar.

A companheira de Gildo perdeu a conta das idas ao Fórum, para acompanhar o processo. *"Eu ia lá tantas vezes e não entendia porquê da demora. Uma pessoa mata outra nessas condições, confessa... Ele tinha de ser julgado de imediato. Houve a morte, tinha a arma, o cara falou: 'eu matei, eu fiz'"*, lembra Gleicimar. *"Tinha de ter um julgamento. Mas não foi o que aconteceu. Demorou dois anos para o Ministério Público fazer a pronúncia... Depois de uns cinco anos que o juiz mandou a júri popular"*, protesta.

O primeiro julgamento só foi marcado dez anos após o crime, mas não foi realizado. Na ocasião, dezenas de policiais compareceram ao fórum, em uma tentativa de coação. O julgamento foi transferido de Ceilândia para Brasília, adiado e, agora, marcado para 21 de julho.

Após 11 anos, amigos e familiares não esqueceram o crime. *"A ferida sempre vai ter. Não tem como mudar isso. Mas quando não tem justiça fica um buraco. A partir do momento em que tiver justiça, vai ser uma dor diferente. Vai ser um alívio, talvez"*, imagina Gleicimar.

A decisão da Justiça pode amenizar a dor de sua mulher, seus filhos e companheiros. Gildo morreu na luta por um mundo melhor e mais justo. Continua presente nas lutas dos militantes do PSTU e dá força para combater as injustiças, a criminalização dos movimentos sociais e poderosos como Roriz. ■

TV PSTU
Esposa grava depoimento em vídeo

Gleicimar mostra jornais da época

Militantes do PSTU de Brasília entrevistaram Gleicimar de Souza Rocha, no dia 8, em sua casa. A servidora pública falou sobre o caso, denunciou a impunidade e lembrou a vida com Gildo e os filhos. *"Nunca mais meus filhos vão ter um pai. Ninguém vai mudar isso"*, lembra.

No vídeo, ela convoca todos ao ato no dia do julgamento, às 9h, em frente ao Palácio de Justiça do Distrito Federal. *"Tenho esse sentimento dentro de mim, de dignidade, de justiça. Ele tinha isso dentro dele, e é o que não me faz desistir. Peço a todos, as pessoas que conheceram ou que não conheceram Gildo, para irem até o fórum, acompanhar o julgamento"*, convoca Gleicimar. *"Não dá pra deixar pra lá. É um direito nosso que seja feita justiça"*, conclui.

O vídeo estará no site do partido (*pstu.org.br*) e no Facebook, onde militantes já divulgam o ato e organizam o protesto. ■

Caso Sundermann: 17 anos de impunidade

No dia 12 de junho de 1994, dias após a fundação do PSTU, José Luis e Rosa Sundermann foram executados a tiros em casa, de madrugada. Nada foi levado.

José Luís havia presidido o Sindicato dos Trabalhadores da UFSCAR e Rosa havia acabado de ser eleita para a Direção do PSTU. Os dois apoiavam a luta de cortadores de cana e catadores de laranja, o que incomodou donos das usinas e fazendeiros.

O inquérito foi arquivado e ninguém foi indiciado. Por isso, em março de 2005 os advogados do então Instituto e hoje Fundação José Luiz e Rosa Sundermann entraram com uma petição na Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) denunciando a negligência do governo. Segundo o advogado Américo Gomes, a OEA acatou e o caso será reaberto.

ATO - A notícia reacendeu as esperanças das 100 pessoas presentes ao ato no dia 14 de junho, na reitoria da UFSCar. O ato teve ampla cobertura da imprensa local, inclusive na TV. Militantes do PSTU, SINTUFSCar, Fasubra, Sindspam, sindicalistas, amigos e lideranças políticas exigiram a punição dos responsáveis. O ato teve ainda a presença de Edson Fermiano, presidente da Câmara Municipal, e da reitoria. ■